



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 217/2017

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, portadora do CNPJ nº 18.025.965/0001-02, com sede à Praça do Centenário nº 103, centro, Paraisópolis/MG – MG, representada pelo Sr. **Alex Ferreira**, Diretor do Departamento Municipal de Saúde, inscrito no CPF sob o n.º 036.957.836-80, simplesmente denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **FATEC COMERCIO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA-ME**, inscrita no CNPJ nº 12.245.156/0001-11, estabelecida à Avenida Comendador Costa nº 869 – loja 04, centro, no município de São Lourenço/MG, representada pelo Sr. Fábio José do Espírito Santo, portador do CPF nº 442.211.346-15, doravante denominada **FORNECEDORA/CONTRATADA**, considerando tudo o que consta no **PROCESSO LICITATORIO Nº 253/2017 – PREGAO PRESENCIAL- REGISTRO DE PREÇOS N 056/2017** sujeitando-se aos princípios e exigências da Lei 10.520/2002, subsidiada pela Lei 8.666/93 e atualizações posteriores, RESOLVEM celebrar a presente **Ata de Registro de Preços para a contratação de Pessoa Jurídica especializada prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos pertencentes ao Departamento Municipal de Saúde, com fornecimento de peças**, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

01 - DO OBJETO:

O objeto da presente licitação é a contratação de pessoa jurídica especializada em prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos pertencentes ao Departamento Municipal de Saúde, com fornecimento de peças, durante 12 meses, conforme especificações contidas neste edital e anexos.

02 - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

I - A presente Ata de Registro de Preços terá **validade de 12 MESES** contados a partir da sua lavratura..

II - Nos termos do art. 15, parágrafo 4º, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, **o município não será obrigado** a contratar prestações de serviços referidas nesta ata, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa registrada.

III - Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações que lhe foram impostas pela Lei Federal 8.883/94, a presente Ata de Registro de Preços será cancelada, garantidos, à sua detentora, o contraditório e a ampla defesa.

03 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, para contratação dos mesmos serviços, por todos os Órgãos da Administração direta e indireta do Município.

04 - DO PREÇO

I – A **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** o valor mensal de R\$ 2.550,00 (dois mil quinhentos e cinquenta reais) sendo para 12 meses o valor global de R\$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais).

II - Em cada prestação de serviço decorrente desta Ata, serão observadas as disposições do Decreto nº 1482/2007 que instituiu o Registro de Preços no Município, assim como as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão R.P nº 056/2017** que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

III - Em cada prestação de serviço, o preço mensal a ser pago será o constante da proposta apresentada, no **Pregão R.P nº 056/2017** pela empresa detentora da presente Ata.

05 - DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 - A prestação de serviço do objeto desta licitação será realizada no Município de Paraisópolis/MG, de acordo com as necessidades da Administração, **durante 12 meses**, contados da lavratura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

5.2 - Os serviços serão prestados nos locais determinados pelo coordenador municipal de odontologia que deverá constar na Ordem de Serviço, **em até 03 (três) dias úteis a contar da Ordem de Serviço**.



5.3 - Para a prestação de serviços a contratada deve possuir todas as condições de trabalho e todos os equipamentos necessários;

5.4 - Para prestação de serviços a contratada deve possuir profissionais disponíveis diariamente, de acordo com as ordens de serviços;

5.5 - A contratada é responsável pelos gastos com deslocamentos dos profissionais destinados a prestação de serviços;

5.6 - Para a prestação dos serviços a contratada fica obrigada em colocar somente profissionais com experiência no ramo.

5.7 - Serão realizadas duas visitas mensais, sendo que as visitas ocorrerão a cada 15 (quinze) dias, devidamente agendados com o coordenador odontológico, sendo gerado relatório comprobatório das inspeções realizadas e serviços efetuados;

5.8 – As manutenções se darão em todos os consultórios, de todas as marcas que existirem ou puderem vir a existir nos serviços odontológicos municipais;

5.9 – Sempre que fizer necessário, poderá ser acionado o serviço de manutenção corretiva, onde poderá ser solicitado que seja feita revisão dos demais consultórios, inclusive no Distrito de Costas.

5.10 - A contratada deve devolver as peças trocadas e inutilizadas e dar garantia dessas e dos serviços prestados de, no mínimo, 03 meses.

5.11 - As solicitações de serviços serão feitas através de formulário padrão da Prefeitura, devendo ser retidas pela contratada para apresentação à Prefeitura por ocasião do faturamento mensal.

5.12 – A Prefeitura Municipal de Paraisópolis/MG - MG reserva-se o direito de não aceitar os serviços em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar a ata e aplicar as penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

06 - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será mensal, mediante apresentação de nota fiscal, conferidos e aprovados pelo coordenador odontológico e o responsável do Controle Interno;

6.2 - Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo representante da Prefeitura Municipal de Paraisópolis/MG e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Paraisópolis/MG.

07 - DAS CONDIÇÕES DE SERVIÇO

7.1- A Ata de Registro de Preços será formalizada pelo setor de licitações.

7.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os serviços solicitados durante a vigência desta Ata.

7.3 - Se a qualidade dos serviços não corresponder às exigências do edital do Pregão que precedeu a presente Ata, os mesmo deverão ser refeitos, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

7.4 – A prestação de serviço deverá ser efetuada mediante Ordem de Serviço, a qual poderá ser feita por memorando, ofício, telex ou fac-símile, devendo dela constar: a data, local dos serviços, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.5 - A empresa detentora da presente ata fica obrigada a aceitar o acréscimo de até 25 (vinte e cinco) por cento do valor mensal estimadas para prestação de serviço.



08 - DAS PENALIDADES

8.1 – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela Prefeitura Municipal de Paraisópolis/MG, resguardado os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar nas seguintes sanções:

- a) multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato, pela recusa em assiná-lo, apresentar o comprovante da prestação de garantia contratual e retirar a nota de empenho, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 02 (dois) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;
- c) multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato pela inadimplência além do prazo de 02 (dois) dias úteis, caracterizando a inexecução parcial do mesmo.
- d) Advertência.

8.2 – A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal nº 10.520/02 e na Lei Federal nº 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

8.3 – A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município de Paraisópolis/MG, via Tesouraria Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pela Prefeitura Municipal de Paraisópolis/MG.

8.4 – O valor da multa poderá ser descontado na nota fiscal ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Paraisópolis/MG, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, à diferença será cobrada na forma da lei.

8.5 – As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Paraisópolis/MG, devidamente justificado.

8.6 – A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Paraisópolis/MG pelo período de 05 anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital, na ata de registro de preços e nas demais cominações legais.

8.7 – As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

8.8 – Em qualquer hipótese e aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

09 – DO REALINHAMENTO DE PREÇOS

I – Os valores adjudicados aos licitantes poderão ser revistos mediante solicitação da contratada com vistas à manutenção do equilíbrio-financeiro do contrato, na forma do art. 65, II “d” da Lei 8.666/93;

II – As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de conseqüências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

10 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - Os serviços objetos desta Ata de Registro de preços serão recebidos pela unidade requisitante consoante o disposto no art. 73, da Lei Federal 8.666/93.e demais normas pertinentes.

II - A cada serviço será emitido recibo, nos termos do art. 73, da Lei Federal 8.666/93.



11 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:

Pela Administração, quando:

A - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

B - a detentora não retirar qualquer Ordem de Serviço no prazo estabelecido, e a Administração não aceitar sua justificativa;

C - a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração;

D - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração;

E - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

F - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

* - a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços;

- no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no órgão encarregado das publicações oficiais do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

- Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94.

- a solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

12 - DA AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

I - Os serviços objetos da presente Ata de Registro de Preços serão autorizados pelo responsável do Setor Requisitante.

13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - Integram esta Ata, o edital do **Pregão nº 056/2017** e a proposta da empresa classificada no certame supra enumerado.

II - Fica eleito o foro da comarca de Paraisópolis/MG, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

III - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o Decreto instituidor do Registro de Preços, a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal 10.520/02 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

Paraisópolis/MG, 11 de outubro de 2017.

MUNICIPIO DE PARAISOPOLIS – CONTRATANTE
ALEX FERREIRA – DIRETOR DO DEPTO. MUNICIPAL DE SAÚDE

FATEC COMERCIO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA-ME
EMPRESA CONTRATADA



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 217/2017

Processo n.º 253/2017 – Pregão Presencial R.P n.º 056/2017

Partes: **MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS**
FATEC COMERCIO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA-ME

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada em prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos pertencentes ao Departamento Municipal de Saúde, com fornecimento de peças, durante 12 meses

Valor mensal: R\$ 2.550,00 (dois mil quinhentos e cinquenta reais), sendo para 12 meses o valor global de R\$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais).

Data: 11 de outubro de 2017.

Vigência: 10 de outubro de 2018.

Certifico que este extrato foi publicado em conformidade com a Lei 2.066, de 13/04/2007.

Em 11/10//2017

Agnaldo Costa Manso
Setor de Licitações